

PERMANÊNCIAS NA LONGA DURAÇÃO QUESTÕES E EXPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS COMPARADAS DE SÃO PAULO E DO RIO GRANDE DO SUL*

*Luiz Roberto Pecoits Targa***

*Para o meu caro amigo e professor,
François Chesnais****

Busco, neste ensaio, explicações de corte teórico para realizar uma comparação das trajetórias sociais e econômicas das sociedades paulista e gaúcha desde o início da industrialização brasileira. Estou, portanto, inscrevendo na longa duração o meu exame do desenvolvimento regional comparado e deixo registrado que o meu uso do método comparativo na análise regional privilegia o momento analítico dos contrastes e não o das similitudes (TARGA, 1991).

Tomando como ponto de partida constatações sobre diferentes níveis de qualidade de vida entre vários estados da Federação brasileira, reexamino minhas posições sobre o desenvolvimento regional comparado das sociedades gaúcha e paulista, onde revisito, também, as consequências para a análise regional que derivaram do tratamento que dei à questão da totalidade econômica, para, finalmente, após apresentar dados comparativos novos sobre as regiões em exame, utilizar

* Este ensaio faz parte do estudo **A Eliminação das Particularidades Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul no Processo de Integração do Mercado Interno Brasileiro** (TARGA, 1989) da linha de pesquisa Estudos Regionais Comparados, do Núcleo de Estudos de História Econômica, Social e Política (NEHESP) da FEE. Essa linha de pesquisa é parcialmente financiada com recursos da FAPERGS e do CNPq.

** Economista da FEE e pesquisador do CNPq.

O autor agradece especialmente as agudas e precisas críticas e as valiosas contribuições de Ronaldo Herrlein Jr. ao borrão deste ensaio.

*** Porque penso que este ensaio encaminha o livro que ele, um dia, desejou que eu escrevesse.

aspectos da "teoria da pobreza"¹, a fim de levantar hipóteses explicativas tanto para as diferenças de qualidade de vida entre os estados do Brasil² considerados na análise quanto para estabelecer os fundamentos da diferença das trajetórias das respectivas sociedades regionais, bem como, e mais importante ainda, da permanência dessa diferença ao longo de todo este século.

Constatações e algumas questões

Um estudo relativamente recente apresentou resultados que apontaram a sociedade do Rio Grande do Sul como sendo a que detinha as melhores condições de vida do Brasil (ALBUQUERQUE, 1991). O estudo de Albuquerque examina um conjunto de indicadores, com o objetivo de avaliar as condições sociais ao longo de um Brasil tão heterogêneo quando se passa de uma a outra de suas regiões. A partir de um conjunto de 12 indicadores³, o autor chega a um índice de desenvolvimento humano (IDH) calculado para as macrorregiões do Brasil e para os estados da Federação para 1987-88. Os resultados estão cotejados com resultados internacionais (ALBUQUERQUE, 1991, p.388-389, 395).

Entre todos os tipos de agregados territoriais brasileiros utilizados pelo autor, o Rio Grande do Sul alcança o nível mais elevado do índice global — o IDH foi de 0,907 em 1987-88 —, seguido pelo Distrito Federal e pelo Estado de Santa Catarina, com o qual o Rio Grande do Sul possui analogia de traços estruturais de desenvolvimento na longa duração. O índice referente a São Paulo (IDH = 0,860) aparece numa quarta posição na hierarquia, apesar da grande diferença no PIB *per capita*, expresso em poder de

¹ Celso Furtado abarca com este título geral uma série de análises e propostas de programação econômica que versam sobre problemas e razões da miséria, da fome e da pobreza no Terceiro Mundo e sobre os meios (políticas econômicas e sociais) de erradicá-las. Furtado refere-se a uma série de autores, entre eles, Irma Adelman, Hollis Chenery, Amartya Sen e Gary S. Fields (FURTADO, 1992, pp.52-59).

² Estou aplicando às unidades administrativas da Federação brasileira a palavra região e estou cômico de que isto é, em si mesmo, um problema que, no entanto, não me compete tratar no âmbito deste texto. Para um tratamento suficientemente amplo e interessante da questão compulsar (BREITBACH, 1988).

³ Os 12 indicadores calculados para montar o agregado do índice de desenvolvimento humano foram: esperança de vida ao nascer (I); taxa de alfabetização (II); PIB *per capita* em "dólares internacionais" de 1987 (III); percentagem de domicílios com canalização interna de água (IV); percentagem de domicílios com energia elétrica (V); percentagem de domicílios com disponibilidade de geladeira (VI); percentagem de pessoas com 20 anos e mais e com mais de quatro anos de estudos (VII); percentagem de pessoas com 20 anos e mais e com mais de oito anos de estudo (VIII); percentagem de domicílios com rendimento médio *per capita* acima e/ou abaixo de uma linha de pobreza definida (IX); percentagem de domicílios com rádio (X); percentagem de domicílios com televisão (XI); e PIB *per capita* em dólares de 1988 (variável de controle).

compra de dólares internacionais de 1987, que atingira US\$ 7,409 em São Paulo contra US\$ 5,499 no Rio Grande do Sul.⁴

A sociedade do Rio Grande do Sul apareceu, assim, no topo da listagem brasileira, e a posição da sociedade paulista é algo abaixo da alcançada pela gaúcha nessa hierarquia. Note-se que o objetivo do índice não é captar onde se produz mais por habitante — o que seria informado, por exemplo, pelo PIB *per capita* —, mas onde a situação da maioria dos habitantes é melhor, *grosso modo*, penso eu, onde os benefícios do desenvolvimento econômico estão melhor distribuídos entre as várias classes da população, pois parece-me que é esse o sentido do comparecimento de indicadores, em que a variável é a percentagem da população total, com acesso a alguns elementos de conforto material (energia elétrica, água encanada e geladeira), a percentagem da população com certo nível educacional e com acesso a veículos culturais, o que perfaz um total de sete entre os 12 indicadores utilizados para montar o IDH. Sobre os objetivos de mensuração do IDH, ver Albuquerque (1991, p.390) e, sobre o mesmo IDH, assim como da sua relação com o crescimento econômico, ver PNUD (1991, p.37-57).

É assim que a sociedade regional mais rica do País, que detém cerca da metade do parque industrial da Nação desde os anos 20, apresenta piores condições de vida que as vigentes em dois dos estados do sul do País. Se o centro dinâmico da riqueza nacional está em São Paulo, ou, ainda, se o comando da acumulação de capital, assim como a maior e melhor parte do parque industrial do Brasil estão sediados no mesmo São Paulo, por que não é neste Estado e sim no Rio Grande do Sul que os indicadores macrosociais de bem-estar da população apresentam os melhores resultados? Por que uma sociedade de "economia subordinada" e periférica em relação ao centro industrial do Brasil fornece melhores condições de vida à sua população? O que pode, então, explicar tal assimetria dos resultados? Qual seja, por que a população do estado mais rico da Federação não é a que apresenta os melhores indicadores para as condições de vida dentro do País?

Acrescente-se, ainda, que indicadores macrosociais isolados, como a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida no Rio Grande do Sul — os dados de 1930 permitem a realização dos cálculos referentes ao ano mais remoto —, sempre foram os que atingiram os melhores resultados para as condições de vida entre os estados do País (IBGE, 1990, p.114-13).

⁴ É interessante apresentar outros resultados para o Brasil e alguns resultados internacionais. Albuquerque encontrou, para Minas Gerais, um IDH de 0,799; para a Bahia, o índice foi de 0,659; para Alagoas, ele foi de 0,502, valor somente mais elevado que o da Paraíba, que foi o mais baixo do País. Para obter algum parâmetro de comparação com valores internacionais do IDH, utilizarei os valores encontrados para 1990 (PNUD, 1991, pp.43-44) — mesmo não sendo o mesmo ano nem exatamente a mesma técnica de cálculo —, onde o Japão encabeça a lista com um valor de 0,993, a Suíça comparece com 0,981; os Estados Unidos, com 0,976; a França atinge 0,971; a Espanha alcança 0,951; a URSS atinge 0,908; Portugal alcança 0,879; o Uruguai vai a 0,905; a Coreia atinge 0,884; e a Argentina atinge 0,854.

Revisitando a questão da totalidade

Um outro encaminhamento para o problema em exame pode ser realizado a partir de minha hipótese de que as características da "economia" regional central — a paulista — impor-se-iam sobre as da "economia" regional periférica, a gaúcha. Desde o meu ponto de vista de então, sentia-me praticamente forçado a formular essa hipótese. Já discuti, alhures (TARGA, 1984, 1989a), da inconveniência de utilizar a palavra economia para designar o conjunto de atividades econômicas que se desenvolveriam em um estado qualquer da Federação, após a integração do mercado interno brasileiro nos idos dos anos 50. Defendi, então, que a palavra economia só poderia ser utilizada para a economia nacional como um todo e que ela não poderia ser aplicada em segmentos territoriais de grupos de atividades econômicas, as ditas "economias regionais", que estariam em dissolução e descaracterização no seio do processo de totalização da economia brasileira (TARGA, 1989). Ou seja, para mim, as economias regionais haviam deixado de existir enquanto tais, na medida em que o processo de integração seria, do meu ponto de vista, um processo homogeneizador do econômico e conduziria ao apagamento das singularidades regionais, dissolvendo, assim, as diferenças inter-regionais e, portanto, fazendo com que desaparecessem as próprias regiões.

Penso que é inegável a influência do meio histórico centralizador, totalitário e "excessivamente econômico", em cujo contexto pensei a questão da totalidade econômica (TARGA, 1982, 1982a), e, depois, a das suas conseqüências para as questões de análise regional (TARGA, 1984, 1989a). O desenrolar do estudo comparativo de São Paulo e do Rio Grande do Sul, estudo este sobre a eliminação das singularidades da sociedade gaúcha (TARGA, 1989), e que exigia o exame das dimensões políticas e sociais, tendo como plano de evolução a longa duração, conduziu a que eu, paulatinamente, fosse alterando alguns de meus pontos de vista anteriores. Não há dúvida, também, que o fenômeno regional ganhou, política e socialmente, dimensões inusitadas no contexto da democratização do País e sobretudo pelos efeitos da Constituição de 1988.

Tal como se pode depreender daqueles textos citados, o processo de integração da economia nacional havia conduzido, inevitavelmente, à supressão das características econômicas e sociais da região periférica, no caso, o Rio Grande do Sul. E foi sobre essa idéia que tracei um plano de investigação em que buscava explicitar a trajetória de dissolução dessa economia regional gaúcha e onde deveria buscar as razões da **eliminação** das características da sociedade do Rio Grande do Sul durante o processo de integração do mercado brasileiro (TARGA, 1989).

Nesse mesmo ensaio, eu ainda assinalava que as economias capitalistas dos dois estados em questão haviam possuído bases radicalmente diversas, tais como o parcelamento da terra entre os imigrantes europeus no Rio Grande do Sul e sua manutenção nas mãos dos cafeicultores-latifundiários em São Paulo; o extremo fracionamento do capital comercial no sul, face à sua relativa concentração em São Paulo, uma produção gaúcha destinada a outras regiões brasileiras e uma monocultura de exportação para o mercado mundial em São Paulo; firmas industriais de muito menor tamanho no Rio Grande do Sul que em São Paulo; mas salários industriais mais elevados no sul — decorrentes do fato de que era mais difícil a expropriação dos agricultores pequenos

proprietários do Rio Grande do Sul —, assim como variações dos salários reais que acompanhavam mais de perto as variações da produtividade industrial no Rio Grande do Sul do que em São Paulo; e, por fim, decorrente dos últimos fatos enunciados, uma menor capacidade de acumulação dos capitais individuais no Rio Grande do Sul do que em São Paulo. E, uma vez que o parque industrial do sul era muito menor e com menor capacidade de acumulação, eu aventava a hipótese de liquidação das características particulares da economia e da sociedade sulina face ao poder da acumulação de capital, que tinha por epicentro o território de São Paulo (TARGA, 1989).

Hoje, a palavra **eliminação** (das particularidades), para mim, deveria ser substituída por um binômio como o expresso por **transformação-permanência** (das particularidades), para descrever a evolução dos fenômenos que se referem ao desenvolvimento das características da sociedade gaúcha no curso do processo de integração do mercado interno brasileiro.⁵ Antes, porém, os resultados e os questionamentos que haviam provocado o encaminhamento dessa substituição estavam, eles também, em busca de uma explicação.

Confrontando a hipótese de predomínio das características da economia paulista sobre a gaúcha com a questão das condições de vida, eu esperaria que as melhores condições de vida encontradas no Rio Grande do Sul — que haviam vigorado até a integração do mercado interno nos idos dos anos 50, condições estas que advinham de um tipo de economia capitalista menos perverso e menos excludente do que aquele que vigorava em São Paulo — se tivessem degenerado rapidamente e que tivessem, inclusive, se nivelado às vigentes na "economia regional", que se tornara centro da economia nacional após a efetiva integração do mercado interior brasileiro.

Essa deterioração das condições de vida no Rio Grande do Sul, no entanto, não ocorreu, fato que parece evidenciado no valor superior encontrado por Albuquerque para o índice de desenvolvimento humano no Rio Grande do Sul, fenômeno este que passou a carecer, então, de explicações.

Segue-se assim que eu estava sendo levado a pensar que algumas das características dessa sociedade regional periférica possuíam um poder de resistência face aos embates advindos do centro da economia nacional que eu inicialmente menosprezara; ou, desde um outro enfoque, que existiam alicerces da sociedade regional de cuja força eu não suspeitara ou em cujo poder não acreditara.

Dois dos resultados da "teoria da pobreza"

A "teoria da pobreza", tal como foi tratada por Irma Adelman (1986) para fornecer subsídios a políticas de desenvolvimento que objetivassem a erradicação da pobreza

⁵ A ênfase é exagerada. Na verdade, penso que alguns traços foram eliminados, que outros permanecem e que outros, ainda, se transformam e/ou são transformados.

nos países em processo de industrialização do Terceiro Mundo, apresenta dois resultados que são muito interessantes para o problema que me ocupa.

Esses resultados dizem que são necessárias duas distribuições básicas de "ativos" entre a população que vai ser submetida a um processo de desenvolvimento econômico capitalista: distribuição da propriedade da terra e fornecimento — "distribuição" — de educação básica (ADELMAN, 1986, p.54). Saliente-se que a autora insiste em que essas duas distribuições devem ser realizadas **antes** da industrialização (ADELMAN, 1986, p.57), sendo, portanto, distribuições que precedem o processo de crescimento econômico, para que os seus frutos e o dos acréscimos de produtividade do trabalho social possam sofrer uma certa distribuição entre a população, de forma tal a evitar o crescimento e o aprofundamento da desigualdade social intrínseca ao processo (ADELMAN, 1986, p.51), conseguindo impedir, ou minorar, assim, a expansão da exclusão social e da pobreza. Confirmando essa orientação, é interessante invocar a autoridade de Furtado sobre esse tema, registrando que ele é enfático ao comentar os resultados dos trabalhos da *"teoria da pobreza"*, afirmando que os dados indicam que a tendência concentradora da renda perpassa todas as fases da industrialização, quando o ponto de partida tiver sido o crescimento derivado da exportação de produtos primários (FURTADO, 1992, p.52).

A distribuição da terra deveria ser efetivada de forma a criar pequenos fazendeiros, com possibilidade de realizarem uma agricultura comercial com seu próprio trabalho. A existência da grande propriedade, com sua miríade de formas de trabalho a serem exploradas, com o pagamento de baixos salários e com a extração de alta renda da terra através da presença de agentes econômicos, como os arrendatários de parcelas da grande propriedade, os meeiros, os trabalhadores sem terra, ou os produtores de subsistência que poderiam também assalariar-se na grande plantação, a existência desse conjunto de tipos de trabalhadores, concomitante à existência da grande propriedade rural, que antecede e que dura ao longo do processo de industrialização, conduz à exclusão social e à pobreza. Por essa razão, a distribuição da propriedade da terra, associada ao fornecimento de crédito rural e de assistência técnica (fomento) e, por fim, o acesso a mercados, de tal modo que os pequenos produtores possam apropriar-se dos frutos do crescimento econômico e da produtividade do trabalho, seriam elementos fundamentais para evitar a emersão da pobreza.

Por outro lado, o fornecimento de educação básica de maneira a distribuir a "propriedade do capital humano", provocando redução das diferenças salariais (ADELMAN, 1986, p.55), garantiria uma melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento econômico, minorando o grau de afloramento da pobreza nessas sociedades.

Penso que as distribuições desses dois "ativos" — propriedade da terra e "capital humano" — entre a população melhoram o que a autora chama de distribuição primária da renda. Do que pode ser depreendido do texto de Adelman, a **distribuição primária da renda** não é somente o resultado da distribuição-apropriação do produto antes dos impostos e das transferências (FURTADO, 1992, p.53; ADELMAN, 1986, p.56), como possui também a acepção de ser a distribuição de renda que deriva da **distribuição originária dos ativos** sociais entre a população no período que antecede a intervenção de políticas de desenvolvimento (ADELMAN, 1986, p.56, linha 1 do 1º parágrafo).

O segundo resultado importante da "teoria da pobreza", tal como foi trabalhada por Irma Adelman neste texto para a questão de que me ocupo, é de que é muito difícil alterar essa distribuição primária da renda — e, acrescento eu, também a distribuição originária dos ativos. A autora assinala que políticas e programas podem muito pouco para transformá-la. Adelman sustenta que mesmo políticas e programas que se estendam muito no tempo não possuem poder de alterar duravelmente as disposições estabelecidas pela distribuição primária da renda, de modo que a interrupção das políticas faz com que a renda retorne à distribuição anterior ao período da intervenção (ADELMAN, 1986, p.56). A autora salienta, portanto, a estabilidade dessa distribuição (ou concentração) originária dos ativos sociais entre a população no curso do processo de industrialização.

Alguns resultados comparativos

Comparem-se, em primeiro lugar, os dados referentes ao número de proprietários por 1.000 operários empregados na indústria de transformação dos dois estados no ano de 1919 (Quadro 1).⁶ A marcante presença de familiares de proprietários nos estabelecimentos fabris gaúchos não indica somente o peso maior das empresas de comando familiar no sul, mas uma maior partição dos capitais individuais. O primeiro ano para o qual se dispõe desse tipo de dado é o de 1919, e este ainda é um ano que antecede o início do processo de integração, que só deslancharia definitivamente na metade dos anos 50, retratando, assim, com fidelidade, a diferença da administração dos dois conjuntos industriais no período de existência das economias regionais, sem interferência mútua de maior importância.⁷

O segundo conjunto de dados refere-se à concentração e distribuição da posse da terra⁸ nos dois estados da Federação e em duas sub-regiões escolhidas, uma em cada

⁶ Estes dados foram retirados do trabalho em elaboração no NEHESP que tem por título **O Mercado de Trabalho Industrial no Brasil (1930-1980): Homogeneização e trajetórias regionais comparadas, Rio Grande do Sul e São Paulo**. Este trabalho é realizado por Ronaldo Herrlein Jr. e por Adriana Dias, bolsista do CNPq, e parcialmente financiado com recursos da FAPERGS.

⁷ Os dados são um retrato do ano de 1919. Não estou afirmando que essas características familiares das empresas industriais gaúchas tenham se mantido assim e nesse grau. O dado serve tão-somente para evidenciar a pulverização muito mais acentuada do capital industrial e a sua gestão por membros das famílias dos proprietários no Rio Grande do Sul.

⁸ Fernando Gaiger Silveira (s.d.) calculou os índices de Gini de concentração e distribuição da posse da terra para vários agregados de São Paulo e do Rio Grande do Sul; utilizo, aqui, somente quatro dos agregados calculados. O índice de Gini varia de 0 a 1. Quanto mais próximo da unidade estiver o valor da variável, maior a concentração do fenômeno em análise; quanto mais próximo de zero estiver o valor calculado, melhor distribuído encontra-se o fenômeno investigado. Esse estudo com os índices de Gini foi parcialmente financiado com recursos da FAPERGS.

estado. Em São Paulo, a sub-região escolhida é a composta pelos municípios articulados economicamente à estrada de ferro Mogiana, que possui como principais cidades Franca e Ribeirão Preto, e, no Rio Grande do Sul, à sub-região dos municípios coloniais históricos, reunindo tanto os da Colônia Velha — que possuíram como centro a Cidade de São Leopoldo, fundada em 1824, com predomínio de colonos de origem germânica — quanto os municípios que se localizam em torno de Caxias do Sul, com predomínio de colonos italianos e cuja instalação se iniciou em 1875. Foi o comércio de Porto Alegre com essa sub-região que engendrou a concentração de capital comercial e a posterior industrialização seja de Porto Alegre, seja dessa sub-região (a parcela mais significativa da indústria do Rio Grande do Sul concentra-se nos arredores de Porto Alegre e nessa sub-região). A sub-região de São Paulo é uma clássica sub-região cafeeicultora em suas origens, enquanto a do Rio Grande do Sul é profundamente marcada pelo trabalho dos imigrantes pequenos proprietários.

Quadro 1

Número de proprietários de empresas fabris dos gêneros
da indústria de transformação no Rio Grande do Sul
e em São Paulo — 1919

RAMOS	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS EM SÃO PAULO (1 000 operários)	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL (1 000 operários)
Cerâmica	88,2	177,3
Indústria de edificação	86,8	153,0
Metalurgia	34,0	115,1
Material de transporte	212,0	152,7
Madeira	116,8	245,4
Mobiliário	133,0	59,0
Química	76,7	174,2
Couros e peles	121,4	187,0
Têxtil	10,6	9,1
Vestuário e calçados ..	90,1	94,6
Produtos alimentares ..	147,6	83,3
Forças físicas	250,0	0,0
Diversas	42,9	87,0
TOTAL	64,3	101,4

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1920: Brasil (1927). Rio de Janeiro, IBGE, v.5, pt.1, Tabela 19, p.269, 271.

Os resultados mostram que os níveis de concentração da posse da terra em São Paulo e na sub-região da Mogiana assumem uma magnitude acima de 0,7, bem como esse índice de Gini para o Rio Grande do Sul como um todo é da mesma ordem de grandeza. No entanto a melhor distribuição da posse da terra na sub-região das colônias apresenta como resultado um valor cuja ordem de grandeza é de, no máximo, 0,5. A diferença é significativa. Ela indica que o acesso ao "ativo" terra na sub-região colonial do Rio Grande do Sul foi muito mais "democrático" do que no Rio Grande do Sul como um todo ou do que em São Paulo ou do que na sub-região da Mogiana. Também os tamanhos médios, em hectares, dos estabelecimentos agrícolas revelam grandes diferenças na ordem de grandeza (dados de SILVEIRA, s.d.).

O segundo aspecto que chama atenção no Quadro 2 é a impressionante estabilidade de grandeza do indicador de concentração e distribuição da posse da terra: os dados são praticamente da mesma ordem de grandeza entre o início (1919) e o final do período (1980). Entre os extremos permeia mais de meio século de profundas transformações na agricultura desses estados, mas essas transformações não parecem ter imprimido outras orientações à distribuição e concentração da posse da terra nas duas regiões (SILVEIRA, s.d.). Ou seja, se o acesso ao uso da terra reflete a distribuição e concentração da propriedade da terra, então essa concentração da propriedade da terra em São Paulo manteve-se semelhante ao nível que possuía antes de deslanchar o processo de industrialização nos anos 30. A mesma estabilidade da distribuição do acesso ao uso da terra aparece nos dados referentes à sub-região colonial do Rio Grande do Sul. A estabilidade da concentração da posse da terra em São Paulo e da sua distribuição na sub-região colonial do Rio Grande do Sul vem confirmar os resultados avançados por Irma Adelman sobre a resistência à alteração da distribuição originária do "ativo" terra.

Enfim, quanto ao outro "ativo", o que distribui "capital humano" através da educação elementar, ele recebeu um tratamento extremamente privilegiado no Rio Grande do Sul positivista da Primeira República brasileira (1889-1930), pois o Governo do Estado — de fato uma ditadura de partido que durou quase todos os 40 anos desse primeiro período republicano — promoveu o alargamento do sistema educacional de base e expandiu as escolas técnicas de nível médio (agrícolas, industriais e comerciais). Joseph Love (1975) indica que, em 1907, o Rio Grande do Sul possuía 228 crianças matriculadas por 1.000 habitantes em idade escolar, e, em São Paulo, esse número era de 162 por 1.000. A distribuição do ativo "capital humano" foi, assim, mais intensa no Rio Grande do Sul do que em São Paulo e deve ter garantido menores discrepâncias salariais no processo ulterior de crescimento industrial.

No meu entender, esses três conjuntos de dados comparativos — a saber, sobre a partição do capital industrial antes da integração do mercado interior brasileiro, sobre o acesso à terra e sobre a "distribuição do capital humano" — apontam no sentido de que as bases e as trajetórias dessas sociedades regionais foram muito diversas. Sobre tudo os níveis da concentração do acesso à terra em São Paulo e de sua distribuição na sub-região colonial do Rio Grande do Sul, bem como a estabilidade dos coeficientes de Gini ao longo dos 60 anos de industrialização e de transformações agrícolas parecem indicar que essas características básicas das sociedades regionais, já estabelecidas ao longo do século XIX, não foram passíveis de alteração ao longo do processo de industrialização e de totalização econômica por que passou o Brasil.

Quadro 2

Coeficientes de Gini de concentração da posse da terra e tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e nas sub-regiões Mogiana (SP) e Colonial (RS) — 1920-1980

ESTADOS E SUB-REGIÕES		1920	1940	1950	1960	1970	1980
São Paulo	Índice de Gini	0,766	0,772	0,771	0,795	0,779	0,774
	Média (ha)	171,830	73,596	85,805	60,825	62,483	73,838
Rio Grande do Sul	Índice de Gini	0,800	0,766	0,760	0,755	0,756	0,762
	Média (ha)	148,801	88,603	76,969	56,969	46,530	50,684
Mogiana	Índice de Gini	0,759	0,768	0,754	0,756	0,749	0,743
	Média (ha)	208,770	111,475	129,073	101,225	86,150	83,906
Colonial (1)	Índice de Gini	0,456	0,443	0,449	0,474	0,485	0,494
	Média (ha)	33,961	27,404	25,264	20,926	17,243	17,906

FONTE: CENSO AGRÍCOLA 1920: Brasil (1923). Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, Tab 2, p.184-206.

CENSOS ECONÔMICOS 1940: Rio Grande do Sul (1950). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 57, p.99-186.

CENSOS ECONÔMICOS 1950: São Paulo (1950). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 57, p.183-452.

CENSO AGRÍCOLA 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 25, p.36-43.

CENSO AGRÍCOLA 1950: São Paulo (1956). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 25, p.66-97.

CENSO AGRÍCOLA 1960: Rio Grande do Sul (1967). Rio de Janeiro, IBGE, pt.1, Tab. 14, p.36-47.

CENSO AGRÍCOLA 1960: São Paulo (1967). Rio de Janeiro, IBGE, pt.1, Tab. 14, p.82-120.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: Rio Grande do Sul (1975). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 63, p.158-173.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970: São Paulo (1975). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 63, p.196-227.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE, pt.1, Tab. 68, p.260-279.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: São Paulo (1984). Rio de Janeiro, IBGE, Tab. 68, p.400-445.

NOTA: O índice de Gini foi calculado por meio de um programa gentilmente cedido por Rodolfo Hoffmann. As medidas são obtidas estimando a desigualdade dentro dos estratos, com base em funções de densidade lineares e na distribuição de Pareto.

(1) A sub-região Colonial do Rio Grande do Sul inclui os municípios das áreas coloniais históricas: a Colônia Velha, que teve por epicentro São Leopoldo (1824), e a Colônia Nova, que teve por epicentro Caxias do Sul (1875).

São resultados que confirmam os enunciados de Adelman, que, por sua vez, explicam por que a sociedade de uma "economia" periférica e dependente apresenta melhores condições de vida para os seus habitantes. Mas esses resultados também indicam que, se, por um lado, a concentração da terra que antecede à industrialização possui a "virtude" perversa de fazer reverter ao seu perfil concentrado as tentativas de políticas distributivistas da renda, tal como Adelman indicou em seu texto, os resultados estáveis dos índices de Gini de acesso à terra encontrados para a sub-região colonial do Rio Grande do Sul também mostram que a distribuição originária dos ativos possui um alto poder de resistência face às características concentradoras e excludentes do "modelo" de crescimento brasileiro. Somados aos resultados de Albuquerque sobre as melhores condições de vida no Rio Grande do Sul, que, penso, são em grande parte um produto daquela distribuição originária de "ativos", esses argumentos representam um crédito em favor dos resultados de Irma Adelman, ou seja, se a concentração resiste a políticas distributivistas, a distribuição da terra também resiste ao exercício e à imposição de políticas excludentes e concentracionistas.

Bibliografia

- ADELMAN, Irma (1986). A poverty-focused approach to development policy. In: LEWIS, John, KALLAB, Valeriana, ed. (1986). **Development strategies reconsidered**. New Brunswick: Transaction Book.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (1991). A situação social: o que diz o passado e o que promete o futuro. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira 1992**. Brasília.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de M. (1988). **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE.
- FURTADO, Celso (1992). **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo, DIAS, Adriana (s.d.). **Mercado de trabalho industrial no Brasil (1930-1980):** homogeneização e trajetórias regionais comparadas, Rio Grande do Sul e São Paulo. Porto Alegre. (Trabalho em elaboração no Núcleo de Estudos de História Econômica Social e Política da FEE).
- IBGE (1990). **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2.ed. Rio de Janeiro.
- LOVE, Joseph (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO - PNUD (1991). **Desarrollo humano: informe 1991**. Bogotá: Tercer Mundo.
- SILVEIRA, Fernando Gaiger da (s.d.). **Exame comparativo da concentração da posse da terra nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (Trabalho em elaboração no Núcleo de Estudos Agrários da FEE).
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1991). Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.265-271.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1989). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das características econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.147-158.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1989a). Comentário sobre os "paradigmas" da economia gaúcha. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.351-354.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1984). A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.161-164.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1982). **Ensaio sobre totalidade econômica**. Porto Alegre: FEE.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1982a). Totalidade econômica - conceito. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.53-72.

Abstract

Assuming the evidence about the better level of the quality of life of the Rio Grande do Sul's population compared to São Paulo's, as a point of departure I review several of my positions about *compared regional* development of the *gaúcha* and *paulista* societies. At last I use two features of the theory of poverty - they treat of the effects of the *original* distribution of assets (land and human capital) among the population to lessen the concentrating effects of the capitalist economic growth - in order to rise explanatory hypotheses both for the differences of life quality between the populations of the two Brazilian states considered in the analysis, and for establishing the foundations of the different routes of the respective regional societies as well as, and mostly, of the permanence of this difference over this whole century.